

MEMÓRIA E VIDA NA CIDADE

A
Adanto

Concerto: A
Polo Polo

- U. F. R. J. -
BIBLIOTECA
- IPPUR -

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

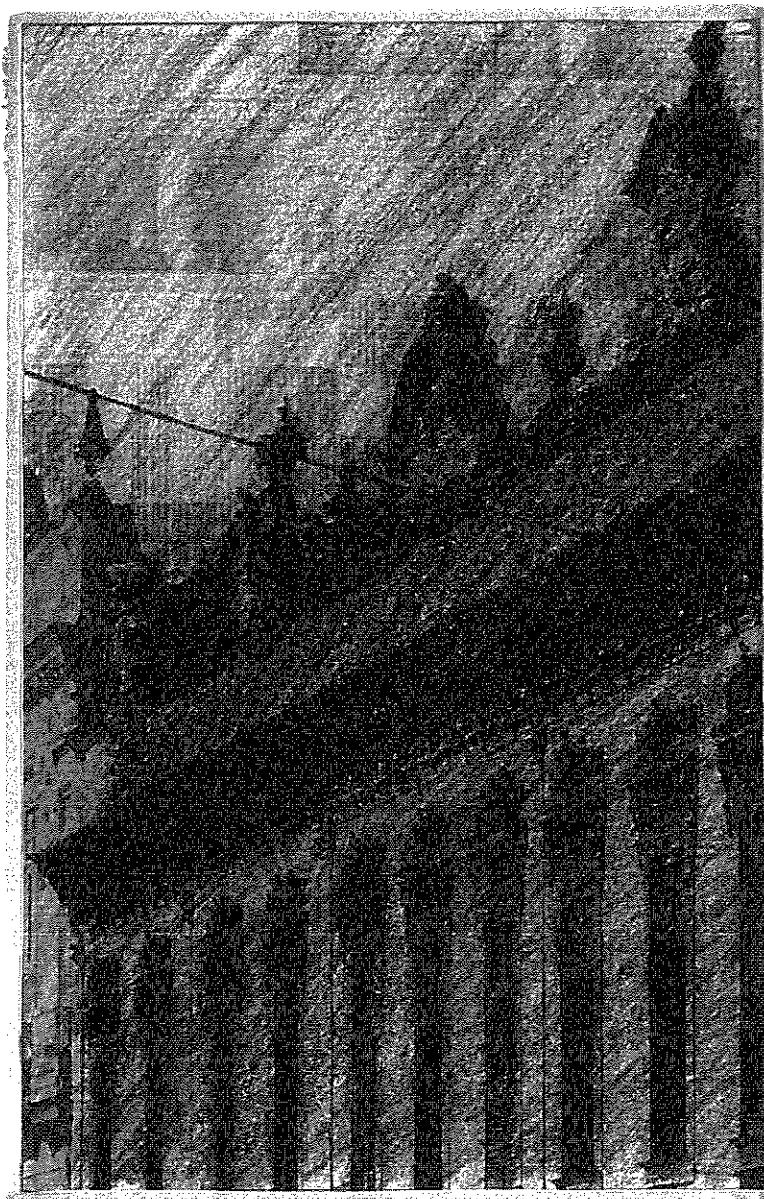
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

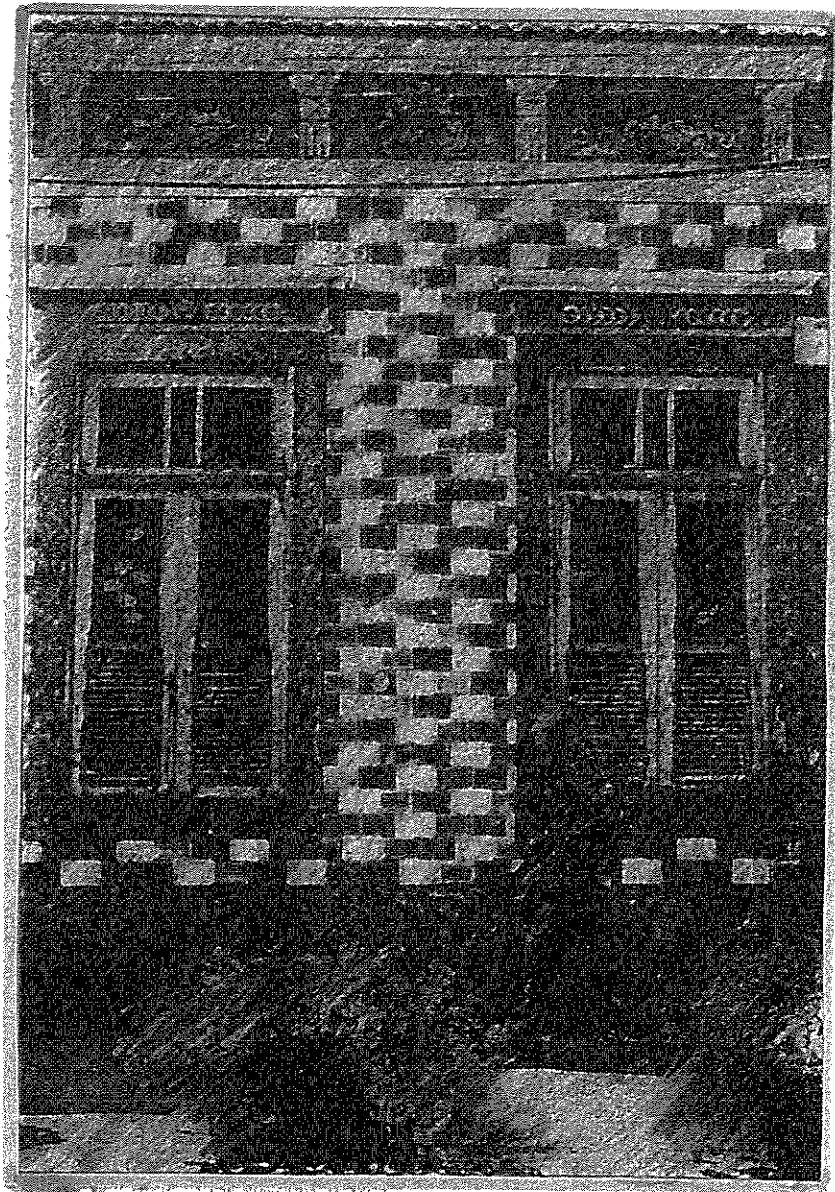
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO/1988

COORDENAÇÃO ACADÊMICA: PROF. LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO EXECUTIVA: ADAUTO LUCIO CARDOSO e

MAURO KLEIMAN





U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

TRABALHO FINAL

ORIENTADOR: ROBERT MOSES PECHMAN

ALUNA: LEILA MENNA BARRETO

INTRODUÇÃO

"...podemos dizer que o tempo é a humanidade do espaço e uma cidade, para ter identidade, tem que ser por ele marcada..."

Rachel Jardim

Considero a cidade, com suas características tão próprias, suas especificidades, e com a enorme diversidade de elementos que a compõem, um espaço fascinante. E cada cidade tem sua alma própria, que lhe imprime caráter e identidade. É através da apropriação do espaço, histórica e cumulativamente construído, que podemos entender de maneira plena o passar do tempo, e, conseqüentemente a história.

O tema que escolhi para desenvolver numa monografia foi o do enraizamento das pessoas aos lugares onde vivem, tomando como fator principal a importância da cidade como testemunho das diversas fases históricas, como produto de uma evolução cultural, cumprindo o papel fundamental de servir como referencial de identidade a uma sociedade. A visão da evolução cultural é uma necessidade do homem, e a cidade é o maior legado, o maior artefato cultural deixado pelas gerações passadas. A cidade é a manifestação concreta da cultura.

A noção de enraizamento está ligada à de memória, de identidade e, conseqüentemente, de consciência histórica. E ter consciência histórica não é informar-se das coisas acontecidas no passado, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo ininterrupto e direcionado de formação e organização. E ao se ter essa consciência histórica, a identidade passa a ser o eixo de atribuições relativas a um ser que se percebe produto de forças em ação e sujeito a mutações, e fica instaurado com o passado um equilíbrio dinâmico: o cidadão passa a ser um interlocutor que o interroga criticamente.

Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória não há identidade. Nas palavras do Prof. Ulpiano Bezerra de Menezes: "A memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano: a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e

e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho no passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos."

A destruição sistemática dos elementos que compõem o ambiente urbano representa assim também uma ameaça a uma maneira de viver, o que tem como consequência uma contínua perda de identidade, porque os espaços representam modos de vida, cultura, memória.

Rachel Jardim, ao escrever sobre a preservação do bairro da Urca, diz que o que se desejou preservar foi o espírito dos homens que construíram aquelas edificações, sua maneira de ver o mundo em determinado momento de suas vidas e de sua história. Dentro das edificações permanece a alma dos homens, e é esse lado invisível que precisa ser preservado. A vida dos bairros, a crônica das ruas, a atmosfera dos lugares constitui o patrimônio cultural de uma cidade, de um povo, e o trabalho de preservação exige sensibilidade, num exercício de atenção constante e amoroso em relação à cidade, que pede que se compreenda todo o valor do patrimônio cultural cotidiano, incorporado à vida dos habitantes de um lugar. Cuidar do cenário onde se desenrola a vida do cidadão é uma tarefa extremamente importante, pois significa promover a melhoria da qualidade de vida, preservar e desenvolver os valores culturais da sociedade.

O ambiente urbano possui elementos que simbolizam a relação entre o lugar e seus habitantes, fatores importantes no desenvolvimento psicológico do homem. A perda desses elementos leva ao desaparecimento dos referenciais e faz com que o cida-

dão não mais reconheça seu meio ambiente. O homem se enraiza em espaços determinados, e "ser de um lugar" não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações.

Os ambientes e a morfologia urbana são eloquentes ao expressarem ideologias, fornecendo signos que falam da organização e do sistema de relações sociais. Essas formas conferem à cidade um caráter urbano próprio, do qual o homem necessita para manter seus vetores de referência. Elas contém toda uma simbologia que viabiliza a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares.

Ecléa Bosi em seu livro "Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos" diz: "Caminhando pelo Viaduto do Chá, observava como tudo havia mudado em volta, ou quase tudo. ... Neste momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto. ... As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória." Ela diz em seguida que as pessoas se adaptam longamente ao meio, e que é preciso que algo dele permaneça para que se sinta estabilidade e equilíbrio. Se houver uma desarticulação da vida com a morfologia da cidade, isso implicará num grau intolerável de desenraizamento.

Minha proposta de trabalho toca então, inevitavelmente, o tema preservação.

A observação da cidade me leva a refletir sobre o que ^{ELA(?)} pode expressar, simplesmente por ter certas formas cristalizadas em determinados lugares, ou pelas relações humanas que se dão em certos locais. Sou levada a pensar na importância de medidas que preservem essas características, impedindo que se perca a crônica de nossa história, como teme Marilena Chauí.

Os moradores dotam de significado os elementos da ci-

dade, formando uma auto-perspectiva e adquirindo familiaridade com o que irá compor sua imagem própria do lugar onde vivem. Muitas intervenções já foram realizadas no urbano justamente com o intuito de mudar comportamentos de segmentos da população. Não se pode esquecer, no entanto, que nossa história está escrita nos espaços, construídos ou não, da cidade, e a perda desses elementos é a perda da nossa própria história e da referência sobre um modo de vida, que vale dizer sobre a urbanidade produzida.

As forças de mercado, o dinamismo da cidade, levam às constantes transformações dos espaços urbanos, num processo contínuo de substituição, de mudança. Mas é importante que se lute pela manutenção da essência desses espaços, preservando-se o que houver de vital na constituição de suas identidades. Se o tempo passa, transformando formas e significados da cidade, é preciso que sejam preservados os elementos que representem valores, cognitivos, sentimentais ou de referência, tornando-se importantes no cenário urbano, num movimento que vai em direção à luta pela manutenção da identidade dos moradores e que representa o exercício da cidadania.

Fazendo uma crítica ao planejamento urbano, Carlos Nelson F. Santos coloca em seu livro "Quando a Rua Vira Casa" que a maioria dos projetos de intervenção urbana foram feitos de cima para baixo, ou seja, sem que se entendesse a lógica do lugar a ser alterado, o que levou a maioria da população atingida a reverter o significado dos espaços que lhe foram impingidos, criando, às vezes com muito desgaste e dificuldades, ordens próprias que ultrapassassem as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. A partir deste ponto ele levanta uma questão importante: a do dilema entre tradição X modernidade no desenvolvimento recente dos centros urbanos. Neste trabalho en-

foca-se a luta de uma comunidade para manter vivos os valores e as categorias que a expressam, na tentativa de salvar sua identidade.

Esse relato leva à conclusão de que o estudo do urbano precisa ser o tempo todo reafirmado enquanto prática sobre o espaço, através da reflexão sobre essa prática e sobre a possibilidade de transformar esse conhecimento em algum tipo de intervenção.

E um lado importantíssimo nesse estudo é o da identificação do morador com o espaço onde ele vive, o que o leva a se sentir pertencente a esse lugar, enraizado e parte de uma sociedade, com história e cultura próprias.

O enraizamento de um morador a uma cidade, assim como as consequências de mudanças, de rupturas drásticas no cenário onde ele vive, levando à transformações também do seu modo de vida, são processos que podem ser observados em qualquer cidade, ou em qualquer lugar onde uma comunidade se estabeleça.

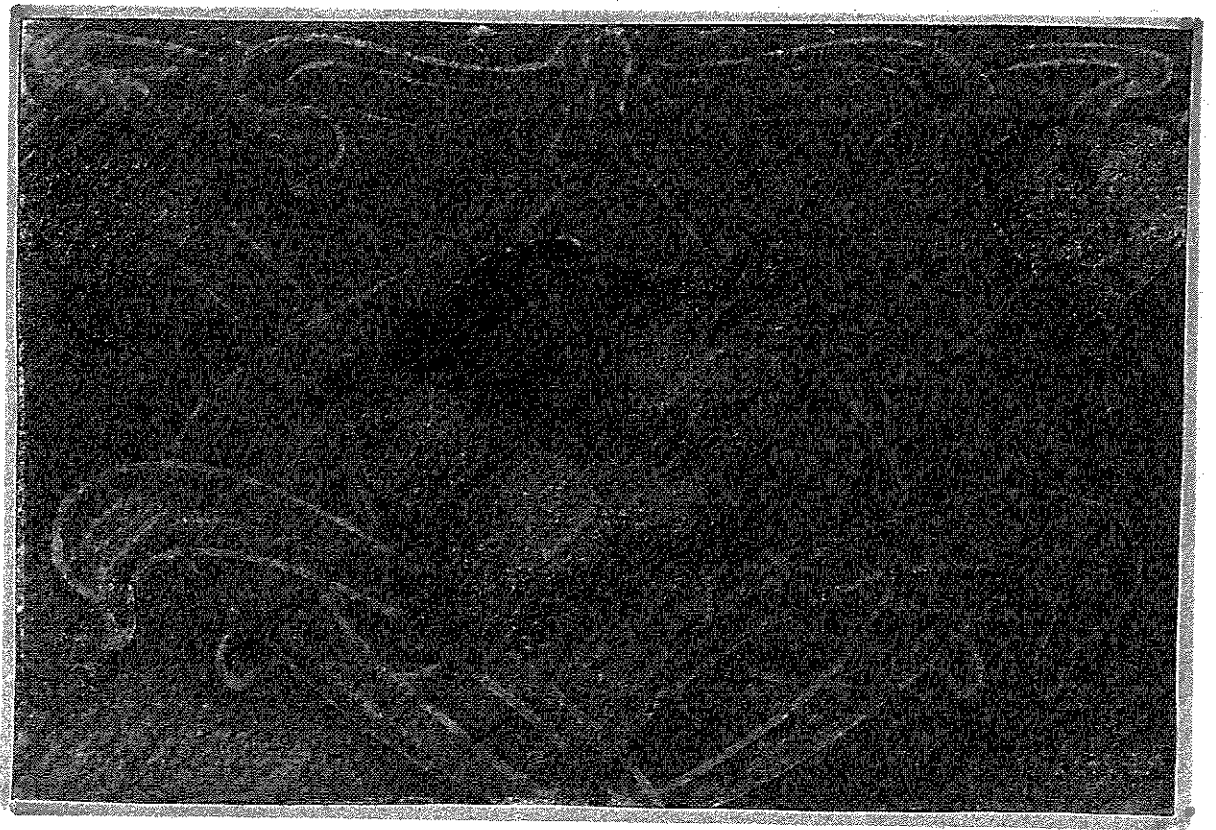
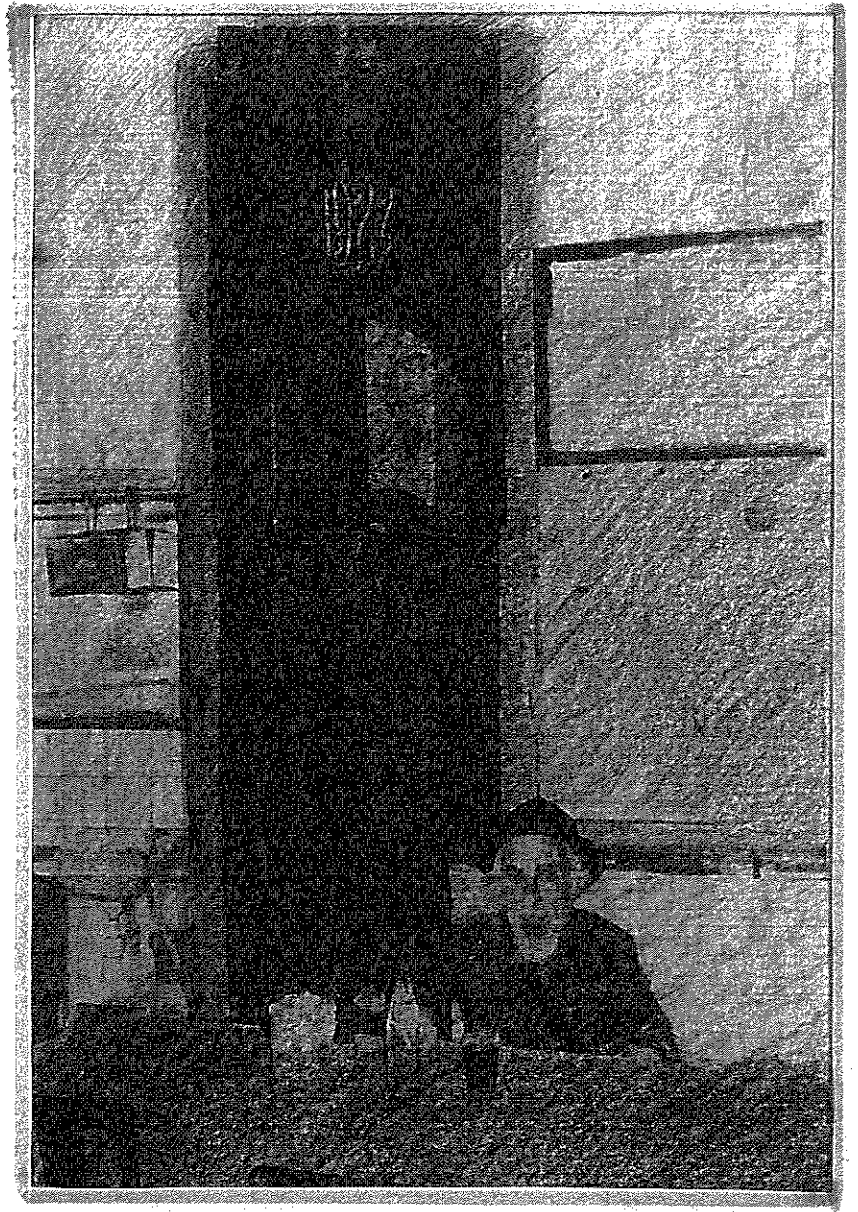
Mas a cidade onde vivo, o lugar que me diz respeito e onde se desenrola meu cotidiano, cidade que detém materializados os signos que desejo ler, já que estão ligados à minha própria história, é o Rio de Janeiro. E não posso deixar de me reportar a ela ao desenvolver este tema.

Minha proposta é falar de importância da familiaridade com o espaço, das raízes criadas pelos moradores, de espaço como referencial de identidade, capaz de situar no tempo e na história o habitante da cidade, dando sentido à sua trajetória de vida, e os custos de perda de espaços importantes, às quais ele se liga sentimentalmente e usa como referencial ou para exercer alguma atividade relacionada ao seu modo de vida.

Esse assunto terá como base concreta, portanto, a cidade do Rio de Janeiro, principalmente no tocante aos períodos

em que ela sofreu as transformações mais drásticas.

Para desenvolver o trabalho, enfoquei três pontos principais: aproveitando o tema tangenciado por Carlos Nelson no seu estudo sobre o Catunbi, abordo a questão da tradição X modernidade no decorrer deste século, através das intervenções feitas no Rio, e o pensamento que as fundamentou. O segundo ponto é o desenraizamento, ou, em outras palavras, as consequências das intervenções na cidade causando a perda da identidade. E, finalizando, toco com mais cuidado em um tema que perpassa todo o trabalho: a preservação, sua importância e sua evolução, que resultou na consciência da necessidade de proteção de modos de vida, e de elementos que permitam a percepção da cidade como produto do trabalho de uma sociedade complexa e dinâmica, onde se cristalizam informações sobre a cultura e a diversidade que a compõe.



TRADIÇÃO X MODERNIDADE

"...Não se pode compreender uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam a sua história. ...Quando eu me faço cidadão de minha cidade, não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior..."

"Penso que toda cidade deve ter sua fisionomia própria. Isso de todas se parecerem é gosto dos Estados Unidos; e Deus me livre que tal peste venha a pegar-nos. O Rio(...) é lógico com ele mesmo, como a sua baía o é com ela mesma, por ser um vale submerso. A baía é bela por isso, e o Rio também o é porque está de acordo com o local em que se assentou..."

Lima Barreto

As intervenções no espaço urbano visando a exclusão das diferenças, do diverso, segundo Olgária Matos parecem ter base no pensamento cartesiano, quando no século XVII uma racionalidade científicizante de ordem e de medida pretendeu geometizar o mundo. A evidência como critério de verdade — que faz de uma idéia algo irrefutável — fez prevalecer a ordem da razão, que traduzida sobre o espaço urbano significou a tentativa de exclusão de seus rituais, mistérios, cantos e recantos.

Essa tentativa de dominar a cidade foi se tornando cada vez mais instrumento necessário aos dirigentes da sociedade, à medida em que as cidades cresciam (principalmente depois da Revolução Industrial). As reformas urbanas então passaram a ser meios de controle das multidões, do povo na cidade, se tornando bandeira de um novo processo civilizatório.

A partir de então, transformar-se numa sociedade moderna e civilizada significava, entre vários aspectos, viver de acordo com o que ditava um grupo que destacava-se do conjunto por ter o domínio do conhecimento. Vão ser então desenvolvidas novas ciências, pensamentos e regras que fundamentam os novos marcos da urbanidade.

A cidade das multidões, da pobreza, da insalubridade, os protestos públicos e tumultos que apavoram a classe dominante, fazem com que esta imponha um novo comportamento. Para isso vai ser fundamental a figura do reformador social e a do reformador urbano, determinando o lugar de cada um dentro do espaço urbano e do modo como cada um deveria se comportar.

A sociedade emprestava assim novos conteúdos aos valores que ela deveria preservar e reproduzir. Era preciso frisar o progresso em oposição à idéia de atraso, a ordem em oposição à desordem, que no espaço urbano significava sujeira, insalubridade, tumultos. É importante salientar o pensamento da

época de que o meio era o causador da desordem. A intervenção no urbano então seria suficiente para trazer a ordem.

Mônica Pimenta Velloso em seu livro "As Tradições Populares na Belle Epoque Carioca" coloca que no Brasil, no final do Império, ganham força os ideais universalistas, e a cultura brasileira passa a constituir uma espécie de "subcultura européia", considerada inferior por integrar elementos arcaicos e atrasados. É à luz do ideário cientificista que os intelectuais vão interpretar a cultura brasileira, que é vista como resultado de duas visões de mundo em oposição: a erudita e a popular. A primeira, representada pelas elites, estaria ligada à modernidade, ao progresso, e a segunda, relativas às camadas populares, representaria um modo arcaico, atrasado, em extinção.

Dentro desse quadro, o Rio de Janeiro vai sofrer sua mais drástica transformação, durante o governo Rodrigues Alves e tendo como prefeito Pereira Passos, no início do século XX. A palavra de ordem era modernizar, embelezar e transformar a cidade, adequando-a ao seu papel de capital da República, moderna e racional.

Começa então a experiência vivida pelos moradores da cidade, que se vêem diante da perspectiva de um futuro que seria trazido até a cidade, ao invés do presente ir caminhando até ele, e o sentimento de perda de identidade, de dor, diante da destruição dos referenciais de seu modo de vida e dos espaços que lhes são familiares, e que constituem sua vivência, seu passado, sua memória.

As intervenções bruscas não deixam alternativa, e não são pesadas as conseqüências, os custos sociais que elas trarão, pois a determinação inquestionável da necessidade de racionalização da cidade se sobrepõe, e estas questões não são consideradas.

Rodrigues Alves se preocupava com o conceito de cidade insalubre que o Rio de Janeiro gozava no exterior. Para garantir o fluxo imigratório e de capitais, e o próprio funcionamento do comércio, então, ele se empenhou junto com o governo da capital em empreender as grandes obras de remodelação da cidade que marcaram o início deste século. Além de levar a verdadeira condição da maioria da população da cidade, de pobreza, para longe dos olhos da burguesia, era preciso principalmente apagar os traços da sociedade escravista, arcaica, à qual se opunha a moderna com as supostas igualdade e liberdade de seus agentes. Mas era impossível que não se desenhasssem os contornos da diferenciação inerente à lógica do capitalismo. Na verdade, então, impunha-se a atualização das estratégias de poder, e a modernização da cidade representava a possibilidade de controle sobre ela.

Neste contexto, os higienistas se destacam como a razão na busca da ordem. O aumento da densidade populacional da cidade e de cada unidade habitacional, e a precariedade dos serviços sanitários contribuíram para a constituição da cidade como espaço insalubre, carente de uma política sanitária. O governo toma como meta a implantação desta política, e os médicos, higienistas e sanitaristas vão ser os responsáveis pelo discurso técnico de necessidade de intervenção na cidade visando a salubridade, o que repercute na política habitacional. Esses técnicos vão ser então, em última análise, os primeiros planejadores urbanos do Rio.

Em seu texto "Da Cidade Velha à Periferia", Sylvia F. Padilha descreve o Rio no final do Império. As edificações na cidade iam erguendo-se à vontade de cada dono, sem haver uma legislação que incidisse sobre elas, resultando de sua localização o arruamento, ao invés do arruamento preceder a edificação.

Deste fato resultaram as aglomerações, ruas tortuosas e pouca salubridade.

O centro do Rio comprimia-se no meio de quatro morros (Castelo, Santo Antonio, Conceição e São Bento). Pereira Passos voltou suas atenções principalmente para a modernização e remodelação do centro, e para o saneamento, embelezamento e expansão da cidade. foram abertas ou alargadas várias ruas e avenidas, a fim de ser alcançada a adequação do centro comercial ao volume crescente de negócios, a exemplo das capitais européias, aos olhos das quais deveríamos parecer uma cidade civilizada de acordo com seus padrões.

Deu-se importância à implantação de obras que articulassem o porto com o centro da cidade. Foi arrasado com o Morro do Senado e, por fim, a abertura da Avenida Central completou o elenco das grandes realizações da época. A obra acentua o caráter saneador, o remanejamento do espaço urbano e os interesses na agilização da circulação das mercadorias que marcaram os projetos Pereira Passos. A construção desta Avenida significou a derrubada de centenas de prédios, desalojando famílias, casas de comércio, oficinas e pequenas fábricas.

A exemplo das reformas feitas por Haussman em Paris, o Rio moderniza-se. É a criação de um novo cenário para um novo modo de vida urbano, moderno. A modernização exige que se ponha abaixo as construções antigas, do mesmo modo que exige a extinção das manifestações culturais tradicionais. As tradições populares são vistas como ameaça aos padrões civilizatórios idealizados, identificadas com a selvageria e o primitivismo, e os espaços onde se dão essas atividades não são respeitados, não são levados em conta na implantação da cidade moderna.

Até a nomenclatura das ruas, que espelha as práticas da população, é trocada como se ali nada antes tivesse aconte-

cido. Em seu lugar são impostos outros nomes, estranhos aos sentimentos dos moradores e que trazem uma nova simbologia, ligada a um memorialismo oficial.

No novo projeto urbanístico, tudo o que diz respeito às camadas populares – seus hábitos, crenças, atitudes, sua forma de viver o cotidiano – é visto com desprezo e hostilidade. As camadas populares eram assim excluídas dos planos e o direito da cidadania, instaurado pela República, não encontra a mínima correspondência na realidade política.

Apesar de tantas dificuldades, em alguns casos a cultura popular consegue sobreviver, criando estratégias próprias de defesa na luta contra a perda de suas raízes, de sua identidade. Um exemplo dessa resistência é a casa da Tia Ciata, que através dos rituais da cultura negra consegue criar uma verdadeira comunidade popular. A consistência das tradições e a força daquela geração permitiria que se mantivesse uma identidade negra atuante no Rio moderno, apesar das intervenções no tecido urbano onde se apoiavam suas relações.

Mas as elites insistiam em impor sua visão de mundo, com a concretização desse pensamento na cidade.

A ideologia da modernidade construiu vários artifícios destinados a segmentar a cultura e a cidade. A arquitetura e o planejamento modernistas criaram um mundo espacialmente segmentado onde cada coisa tem seu lugar, e é isolada do conjunto: pessoas, tráfego, moradia, trabalho, ricos e pobres. E o que é a cidade senão a soma, mistura, interpenetração?

Falando sobre a cidade em oposição à metrópole, Olgária Matos coloca que a cidade tinha uma história, um passado descentralizado, uma soma de experiências próprias de práticas cotidianas. O bairro tinha ele próprio seus micro-lugares, sua identidade. A cidade sabia marcar o tempo por ritos, signos pe-

riódicos de domínio do grupo. Festas religiosas, políticas, privadas ou públicas se sucediam. Desfiles, procissões, bailes, quermesses faziam da cidade um espaço coletivo apropriável por uma comunidade diversa. E hoje é difícil encontrar festas que não sejam a "mise en scène" da mercadoria ou ideologia. O tempo, por sua vez, é impessoal, desligado do ciclo da natureza, das religiões, passando a ser pautado pelo ritmo da máquina, da produção. É uma abstração.

A metrópole então, tenderia a ser a negação da cidade, que a realidade social desafia. A realidade sempre transborda os modelos que lhe desejam impor, depois a cidade é bem diferente das abstrações que construíram a seu respeito.

Comentando as crônicas de Lima Barreto na época do projeto Pereira Passos, Mônica Velloso observa que ele se coloca radicalmente contra a noção iluminista de tempo, que desprestigia a memória e a tradição, ao fazer a apologia do presente. É nesse sentido que valoriza nossas tradições, vendo-as como fio condutor que estabelece o necessário contato com a nossa história e identidade. E é na qualidade de cidadão que ele reclama os documentos que contam a história da cidade. Indignado contra o "furor demolidor" das nossas elites, Lima Barreto lamenta a falta de sensibilidade com que são tratados nossos antepassados, e o desrespeito à arquitetura, aos hábitos, costumes, enfim, a tudo o que se refere à nossa cultura popular. Nesse contexto perdia-se nosso maior bem: a tradição e o modo de vida, pois intervir no urbano representa mudar as relações sociais que se dão sobre esse espaço.

Todas essas mudanças feitas na cidade no início do século levaram à sensação dos moradores de terem mudado de cidade sem ter mudado de território, vivendo uma realidade que não era a sua, um sonho que não era o seu. Uma dolorosa expe-

riência de isolamento e de conflito social, onde os moradores, na luta para resguardar suas tradições, juntam os fragmentos urbanos na tentativa de reconstruir sua cidade.

O discurso modernizador, apoiado na visão racionalista e progressista, foi ainda justificativa para muitas intervenções na cidade. No processo de transformação que o Rio sofre ao longo do século XX, é imenso o custo social das alterações no tecido urbano, que deslocaram populações inteiras, mudaram o cenário e a topografia da cidade.

No início da década de vinte, na administração do Prefeito Carlos Sampaio, coincidindo com os preparativos do centenário da Independência, vai desaparecer o Morro do Castelo. O Morro do Castelo sediava o núcleo urbano da cidade no século XVI, e nele estavam edificações representativas da época e de valor inestimável, assim como relíquias históricas da fundação da cidade. Os autores dos planos de modernização do Rio não mediram conseqüências ao privarem os moradores da cidade de um espaço tão importante para a leitura de sua própria história.

Na época, Lima Barreto escreveu na revista "Caretta" :
..."Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas. Não há casas, entretanto queremos arrasar o Morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. ...O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.

Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro, será outra qualquer cidade que não ele..."

Argumentando ainda contra a idéia de que os morros do centro do Rio dificultavam seu crescimento, ele diz: "Mas, se sua topografia criou essas dificuldades, deu à nossa cidade essa moldura de poesia, de sonho e de grandeza. É o bastante"....

Essas declarações expressam o amor, a paixão do autor pelo seu lugar, surgida dentro do contexto da urbanização. O amor pela cidade, de quem for a geografia afetiva de seus espaços e gosta de que é seu, do lugar onde vive, de quem sofre com a mudança do seu espaço. E que vivencia o dilema entre a tradição e a modernidade, tão presente no processo de urbanização, percebendo com muita sensibilidade os fatores envolvidos.

A visão racionalista da cidade, no entanto, ainda iria dominar o cenário da política urbana por muito tempo.

Na época do Estado Novo, o Prefeito Henrique Dodesworth vai abrir a Avenida Presidente Vargas, e novamente o centro da cidade vai ser palco de uma transformação drástica. Milhares de pessoas são deslocadas e o Rio vai perder mais alguns significativos exemplares arquitetônicos do Rio Colonial. Em seu governo vai também ser determinado o desmonte do Morro de Santo Antonio, obra que vai desfigurar a paisagem da cidade e trazer mais custos sociais.

Como coloca Afonso Carlos M. dos Santos em seu texto "da Casa Senhorial à Vila Operária: Patrimônio Cultural e Memória Coletiva", em todas as transformações urbanas violentas da cidade conjugaram-se interesses privados com o urbanismo autoritário.

Foi assim no início da década de 60 no governo Carlos Lacerda, quando a lógica da especulação imobiliária exigiu a erradicação das favelas, que cresciam em consequência da sistemática omissão dos governos na questão da moradia popular. Foi então usado o mesmo argumento ideológico que levou ao arrasamen

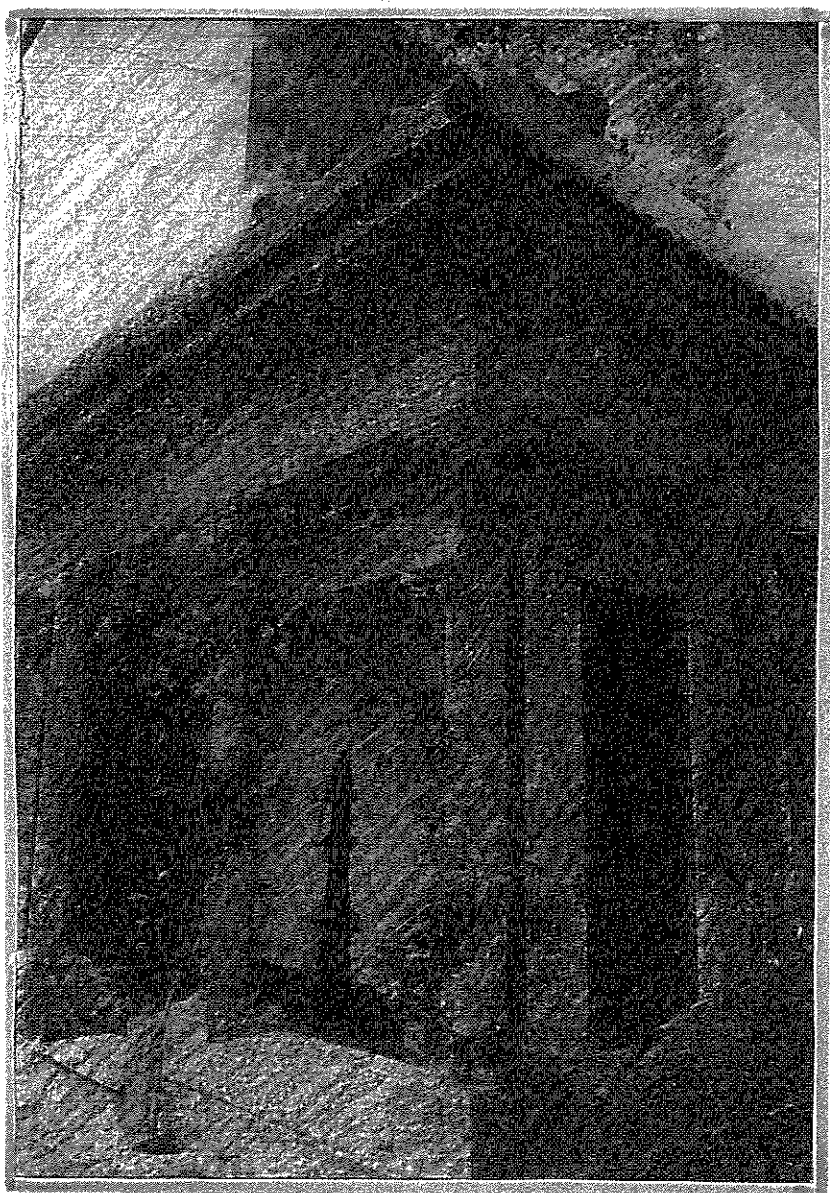
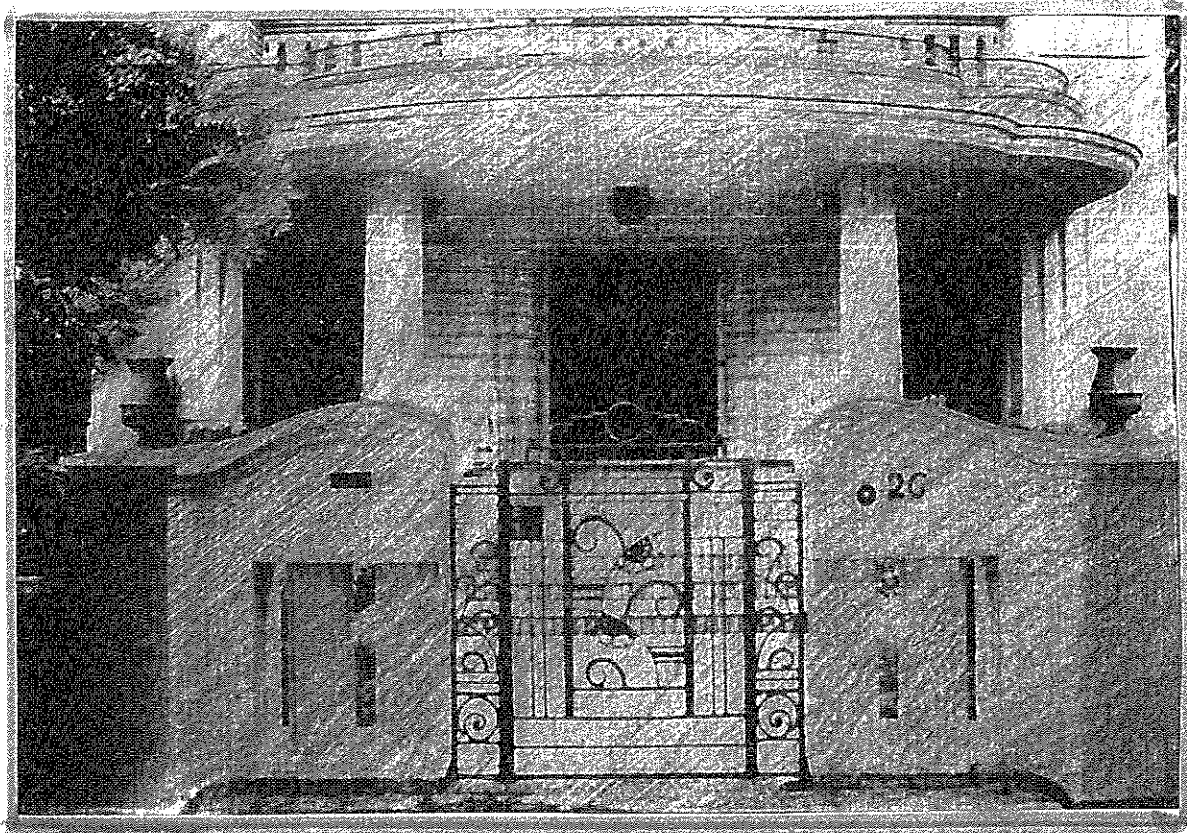
to dos morros do Senado, Castelo e Santo Antonio: a melhoria das condições sanitárias e a racionalização do uso do espaço urbano.

A Praça XV, que abrigou o berço histórico da cidade e os grandes momentos políticos da Colônia no Rio, e que teve sempre um papel importante na história da cidade, sofreu contínuas transformações ao longo de sua existência, e sua fisionomia foi totalmente alterada para que a área onde ela se insere se adaptasse à funcionalidade desejada.

Carlos Nelson F. dos Santos em seu livro "Quando a Rua Vira Casa", analisa a experiência sofrida pelos moradores do Catumbi, alvo de sucessivos planos de urbanização nas últimas décadas. O objetivo dos planos era modernizar e racionalizar as atividades do bairro, sem considerar as especificidades e a diversidade própria do lugar. Os moradores iniciaram então uma luta contra o discurso progressista e racionalista próprios da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, que visam maximizar os fins em função dos meios sem levar em conta a complexidade das relações sociais que se dão sobre o tecido urbano. Os moradores reagiram na tentativa de manter vivos os valores e as categorias que o expressam, ou seja, sua identidade. E conseguiram, fazendo com que fosse aprovado um novo plano preservando o bairro.

Esse dilema entre tradição e modernidade representa a vida, a dinâmica que se processa na cidade contemporânea. A cidade, vista como o lugar onde se delinea o futuro, o lugar da modernidade, tem a sua tradição se impondo todo o tempo, puxando para a realidade, para o presente fundamentado no passado. E a luta dos usuários dos espaços da cidade para manter vivas suas raízes é o exercício da cidadania.

O crescimento e a mudança na cidade são processos naturais, e fazem parte de sua dinâmica. Mas a destruição indiscriminada dos seus marcos referenciais e de elementos que permitem sua leitura e compreensão, o desaparecimento de espaços onde se desenvolvam relações sociais que representam a vida e a memória dos seus usuários, significam a depredação da identidade, das raízes e da cultura de seus habitantes, e impedem que eles percebam que são fruto e parte de um processo em evolução.



O DESENRAIZAMENTO

"O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito é a espoliação das lembranças."

Ecléa Bosi

Olgária C. F. Matos em seu texto "A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças", coloca que o rítmo metropolitano de acontecimentos acarreta uma descontinuidade fundamental na trama de nossas vidas, pois ao invés de evoluções lentas as pessoas passam por mutações brutais, o que as força a mobilizar suas energias sem cessar, na luta contra o imprevisto das mudanças ou a multiplicação das rupturas, tentando abolir o traumatismo da eterna mudança.

Desse ponto de vista é que pode ser pensada a transformação do espaço vivido pela memória social, em virtude da liquidação das referências individuais e coletivas, acarretando a fragmentação da identidade sob os auspícios do capital monopolista. O individual, o qualitativo, o heterogêneo tendem a ser excluídos do espaço urbano.

O poder do capital determina a concepção de um espaço homogêneo e transparente, onde as mercadorias - pessoas e objetos - possam circular. Para isso, a estratégia é a da ordem e do controle do espaço social, garantindo a circulação da mercadoria. A abertura das grandes avenidas por Haussman em Paris no século XIX e por Pereira Passos no Rio no início do século XX tiveram esse objetivo: fazer circular a mercadoria e garantir a disciplina social, através da imposição de espaços bem ordenados.

Nesse processo são destruídos os espaços habitados por uma linguagem secreta, conhecida pelos seus usuários, e a única referência a estes espaços vai ser depois a memória subjetiva, já que seu suporte objetivo desapareceu e a cidade se desfigurou. Os espaços planejados com base apenas na razão vão ser inimigos do passado e da lembrança, visando acriticamente o "futuro" e o "progresso" e a destruição sistemática dos apoios da memória vai aos poucos levando a substituição da lembrança

pela história oficial, contada pela classe dominante. Daí também a importância dos movimentos de recuperação do espaço urbano, pois eles representam a busca da dimensão do instante dos acontecimentos testemunhados pela cidade, a busca da verdade. A preservação é também um projeto de desalienação social, ao recolocar a importância do espaço vivido.

Ecléa Bosi diz que há liames sutis que ligam a lembrança à consciência atual e, por extensão, ao corpo de idéias e representações que se chama correntemente "ideologia". É fundamental portanto a preservação de tudo que representa a verdade cristalizada no espaço urbano. Uma política de preservação precisa ter como objetivo tornar vivo o patrimônio da cidade, despertando a consciência e a identidade dos seus habitantes e impedindo que se percam os pontos de referência que pertencem à memória coletiva, contando a história dos fatos vividos na cidade.

Denise A. Campello e Marília F. Garcia em seu texto "Vila Economizadora: A Memória Urbana Preservada", levantam ainda a questão de que no Brasil a historiografia existente é omissa, por apresentar uma visão parcial, ligada às classes dominantes. E sendo a política arquivística e de preservação arquitetônica falhas, é difícil a formação de uma memória nacional íntegra. Neste sentido, o objetivo da preservação do patrimônio histórico urbano, permitindo o acesso a exemplares representativos das mais diferentes camadas da ainda imprecisamente delineada "população brasileira", seria também um esforço na busca de uma identidade nacional definida. A preservação em todos os níveis permitiria que se completassem os fragmentos de memória que já existem delineados para que a memória nacional se aproximasse de uma integridade ideal, sem significar apenas a ideologia imposta pelas classes dominantes. Esse ponto de

vista reforça a idéia de que a preservação do patrimônio é a proteção da nossa própria memória, cristalizada em obras e espaços que testemunham os acontecimentos e as transformações que ocorrem na cidade. Preservar o patrimônio histórico-cultural de uma sociedade é contribuir para seu crescimento humano, pois visa permitir que ela evolua com base em experiências vividas e concretizadas em sua obra, e que formam um elo entre o passado e o presente.

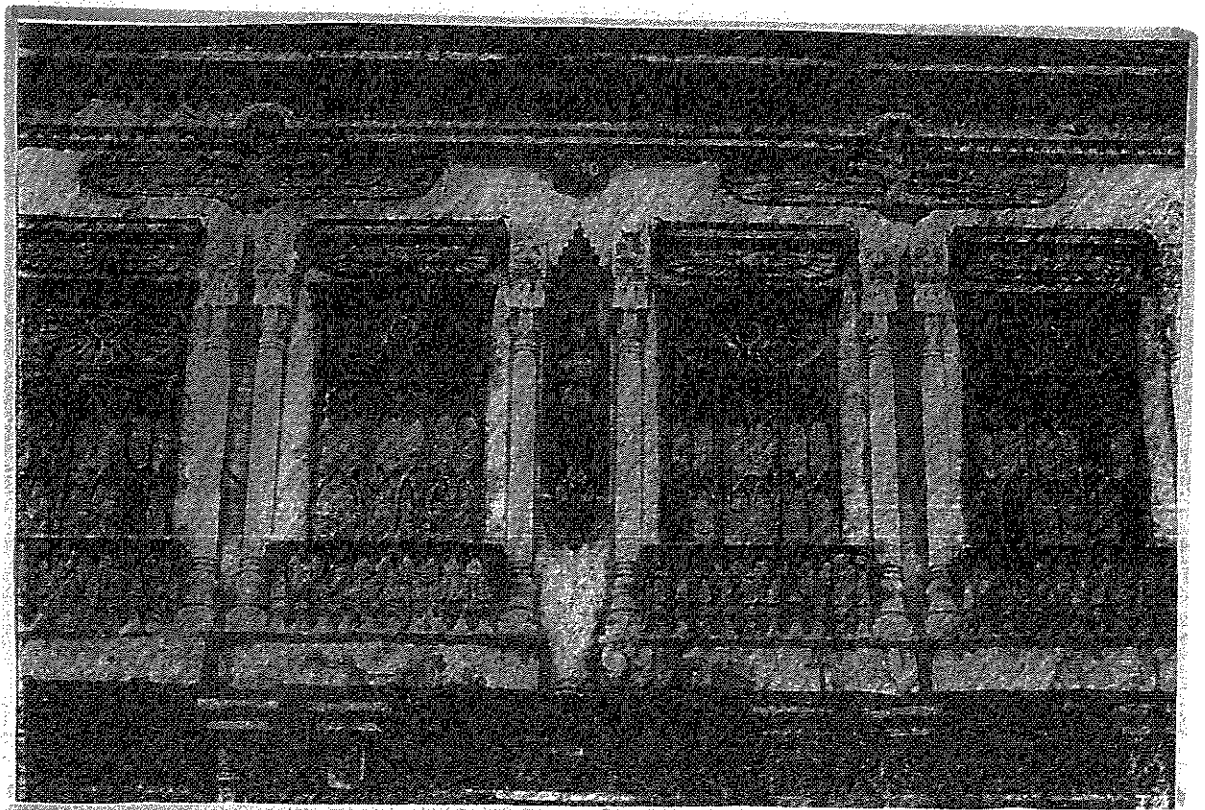
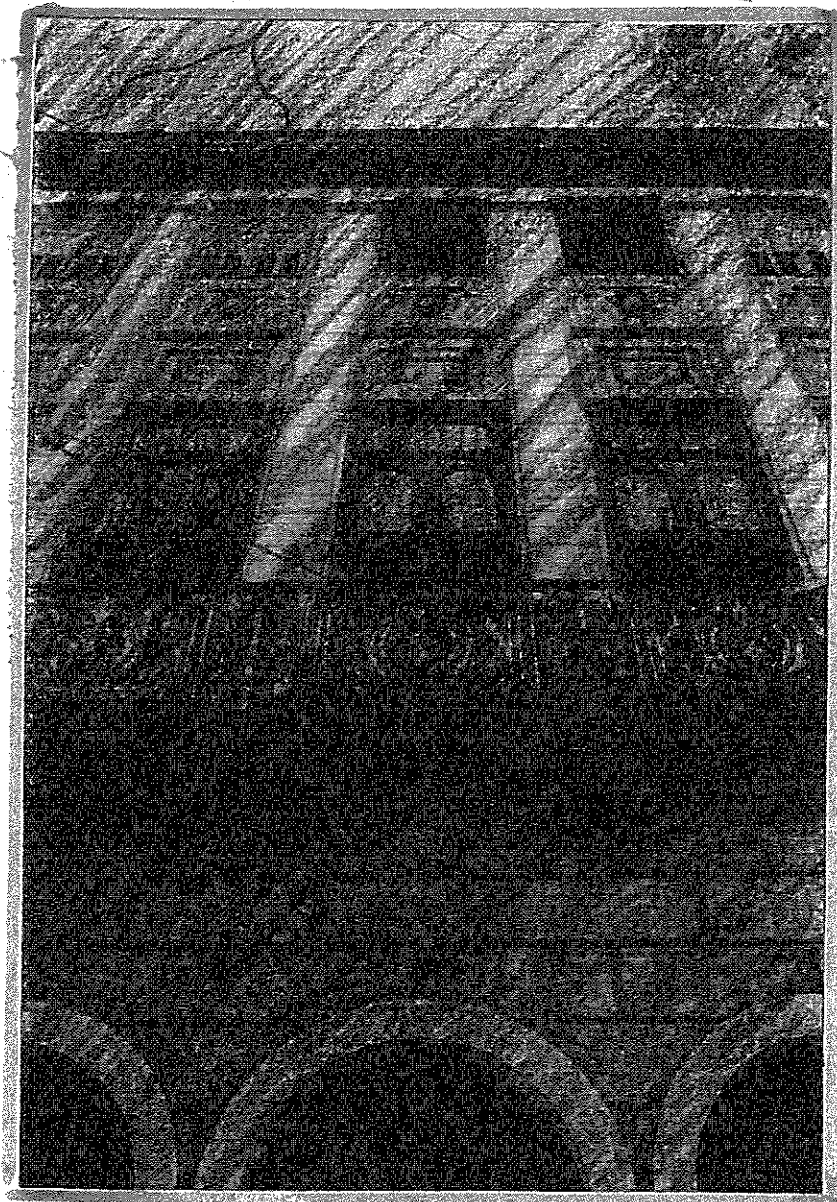
Com relação a essa necessidade do homem de se sentir enraizado, vendo sua história presente no lugar onde vive e sentindo uma dimensão maior de tempo, Olgária Matos faz uma interessante observação sobre as ruínas, nas quais as pessoas buscam sua história. Ela coloca que as ruínas significam que algo resistiu no poder destruidor do tempo, o que ajudaria o indivíduo na sua aspiração de "viajar em sentido inverso ao da morte". Talvez seja essa a maior necessidade do homem: não ver sua vida como algo isolado, sem relação com o passado e com o futuro, mas senti-la como parte de um processo em evolução, pois somente dentro desse contexto ela faz sentido.

Numa outra dimensão, a sensação de desenraizamento sentida pelo usuário de um espaço faz com que ele, ao vê-lo desfigurado, transforme este espaço na lembrança do que foi vivido, na consciência melancólica do espaço que foi palco dos acontecimentos de sua vida, de suas fantasias e aspirações. A perda dos signos com os quais o morador se identifica na cidade, com a deturpação de sua fisionomia e com o desaparecimento dos referenciais com os quais ele se identifica, significa a transformação da cidade no que Lima Barreto vai chamar de "cemitério de vivos", lugar onde o morador não mais se reconhece. Ao se sentir incapaz de compreender os novos signos que lhe são impostos, o morador sente-se deslocado em sua própria cidade,

não se reconhecendo como parte daquele cenário.

Mônica Velloso observa que Lima Barreto e João do Rio em suas crônicas feitas no início do século, mostram-se sensíveis ao clima de desagregação da cidade moderna, buscando trazer de volta as raízes identificadoras da cidade. Falam sobre a alma encantadora das ruas, a sabedoria intuitiva das superstições populares. eles insistem, enfim, na importância da memória e da tradição nacional. E ao relutar contra a perda da história da cidade, eles estão relutando contra a perda de sua própria história, já que a cidade mora nas pessoas da mesma forma que as pessoas moram nela. A cidade espelha parte do imaginário social, e os moradores precisam entender a narrativa de seus símbolos.

A perda dos referenciais de um modo de vida, dos signos que o morador é capaz de ler na cidade, representa o desaparecimento da memória viva, da visão do passado que se cristaliza nos espaços urbanos, representa o desenraizamento.



A PRESERVAÇÃO

"Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados...

Só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada, reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas.

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?...

À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo"

Ecléa Bosi

A preservação é um ato político, um ato de razão, um instrumento que pode ter o poder de proteger a identidade dos usuários dos espaços da cidade, sua relação com esses espaços e sua simbologia. É um instrumento, portanto, que está ligado ao enraizamento dos moradores à sua cidade e à compreensão do seu significado.

Deste modo, o tema é parte do assunto deste trabalho, e considero importante abordar a forma como o conceito de preservação tem evoluído e se identificado como meio de impedir a desfiguração da cidade e como elemento de construção da cidadania, uma vez que sem identidade a cidadania é substituída pela alienação.

No Brasil, a vontade de preservar o que diz respeito à nossa cultura, à evolução da nossa sociedade, surge acompanhando as reivindicações presentes na Semana de Arte Moderna de 1922. Era um momento em que havia um desejo muito grande de afirmação nacional, de uma tomada de posse, uma busca de valores culturais e, daí, a preservação desses valores. A partir desses fatores houve uma tentativa de afirmação cultural da nação brasileira (que por outro lado se desdobrou em rumos políticos sobre os quais não cabe a discussão neste trabalho).

Por inspiração de Mário de Andrade, e com o apoio de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi aprovado o Decreto-Lei 25, que institui o tombamento, e criado o SPHAN, em 1936. Apesar das críticas que hoje se faz a respeito dos critérios usados nesses anos para se fazer o tombamento, esse gesto foi imensamente significativo no sentido da conscientização das questões relacionadas com os nossos bens culturais.

O Decreto-Lei 25, apesar de aprovado como tal por contingência do momento histórico, foi inovador por intervir na propriedade no Brasil, e teve legitimação social porque de fato

se buscou fazer preservação. O SPHAN nesses anos de funcionamento adquiriu credibilidade e foi atuante no trabalho de preservar e restaurar o patrimônio cultural nacional.

Houve falhas, no entanto, no que diz respeito à política de tombamento, que inicialmente voltou-se apenas para monumentos, mais do que para a vida dos habitantes da cidade. Com o passar do tempo tornou-se necessária a ampliação e revitalização dos instrumentos de preservação, que hoje precisa alcançar a abrangência do próprio conceito de patrimônio cultural, que cresceu e passou a fazer parte de um projeto mais amplo de recuperação da memória, incorporando a noção de cidadania.

Hoje a preservação está ligada à idéia de vida, de consciência histórica e de uso. O tombamento pressupõe a imutabilidade, e a preservação não. O conceito de preservação é bem mais amplo, e essa constatação exigiu e exige que sejam definidas novas formas de se levar à frente essa política. No Rio foi feito um projeto de lei, ainda não aprovado, que entre outras inovações traz a possibilidade de se declarar um bem como de valor cultural. Esse bem, que poderia ser de qualquer natureza, seria protegido pelos aspectos cognitivos, estéticos ou afetivos que tivessem para a comunidade. Esse instrumento protegeria assim bens ou manifestações que por sua natureza ou especificidade não pudessem ou não deveriam ser tombados.

A evolução da política de preservação permitiu que se percebesse que o tombamento é apenas um dos seus itens. E a conclusão mais importante tirada nesses anos é de que se precisa implantar uma política abrangente de preservação cultural, através de novos instrumentos, mais flexíveis e originados de um comprometimento com a vida social, da consciência de que proteger o patrimônio cultural é proteger o crescimento humano da sociedade.

Assim, importa preservar o conteúdo, o significado dos elementos que compõem a cidade, e no espírito desses princípios os valores que integram o patrimônio cultural são indissociáveis entre si. Da mesma forma que uma paisagem pode materializar a lembrança de um acontecimento, um espaço da cidade para conservar todo seu interesse cultural não pode ser desligado das características ambientais e vivenciais que constituem a própria sobrevivência da consciência coletiva das comunidades que o construíram.

Preservar é um meio de se proteger a qualidade de vida em todos os sentidos e principalmente no que se refere ao enraizamento e ao referencial humano. E a representatividade da preservação nasce da consciência da coletividade, que procura sua própria identidade, no tempo e no espaço, por meio dos referenciais que a caracterizam no presente e no que representa sua evolução. A forma com que a sociedade foi se apropriando do espaço, o conhecimento das mutações da trama espacial através da leitura das obras produzidas na cidade, levam ao conhecimento da história da vida e da dinâmica na cidade.

Essa percepção leva ainda à constatação de que não se pode considerar importante apenas o antigo, mas que a perda das manifestações concretizadas na cidade, impossíveis de serem recriadas fora dos quadros que as geraram, leva à perda dos referenciais que permitem a identificação do cidadão com a sua cidade.

A cidade em si contém a dinâmica da evolução histórica e a dimensão da mudança nos acontecimentos humanos. A destruição dos seus elementos representa a perda da memória dos fatos sociais, a amnésia social e cultural, e o homem deixa de perceber que é agente da história, perdendo a dimensão da verdade dos acontecimentos que produziram a cidade.

Referindo-se a preservação como uma ação política, a recuperação da memória é então compreendida como elemento de construção da cidadania. Memória não como única, mas baseada numa história diversa, fruto da ação dos diferentes agentes que integram essa história e que possibilitam a identificação do seu processo de produção, uso e transformação. A preservação da memória presente na cidade permite ver as diferenças e as ruturas havidas na trajetória humana naquele espaço, permite a leitura dos fatos como processo dentro da seqüência histórica.

A preservação pressupõe a compreensão do modo com que o homem se apropria dos espaços, refletindo valores de vida do passado. A partir daí a cidade é apropriada também como detentora de informações que constroem da história dos moradores. É por isso que hoje a preservação não está voltada apenas para elementos excepcionais, mas para um todo orgânico, contextualizado, que possibilita a compreensão da história como um processo dinâmico, vivo.

Essa evolução no conceito de preservação implicou em duas novas questões importantes: como preservar o patrimônio cultural e a identidade dos espaços sem estancar o natural e necessário processo de desenvolvimento e renovação urbana, e como incorporar a participação popular no processo de preservação, através do exercício da cidadania.

Na verdade, só a coletividade pode decidir sobre os referenciais da sua história. A identidade cultural significa uma gama complexa de elementos que tornam cada espaço único e familiar e seus usuários, com suas características físicas, usos e atividades próprias. Esses elementos propiciam um certo tipo de vivências e de relações sociais únicas, de importância cultural e histórica. Eles representam ainda o suporte físico para a construção da imagem que cada morador tem de seu espaço. Por

isso, só os usuários são capazes de detectar o sentido de um espaço, e só há um caminho para a preservação: a conscientização popular quanto à importância de preservar valores e elementos referenciais da sua cultura e quanto à maneira de conduzir e organizar essa luta.

É importante ainda perceber que preservar é um ato político porque traz em si a idéia do homem como agente ativo da história, e desta forma se liga ao reconhecimento da riqueza social, que é a força de trabalho. O verdadeiro respeito pelo trabalho humano pressupõe assim uma política de preservação atuante.

A vinculação do homem no espaço onde ele vive, com seus conteúdos simbólicos, permite que ele se perceba como agente de um processo em evolução. Por isso muitas vezes foi utilizado o recurso da espoliação cultural, da amnésia cultural, para que as relações sociais e políticas fossem encaradas como "autônomas", e não como obras de atuação do homem. A preservação então seria a apropriação da memória, e a chance de evolução com a avaliação de experiências anteriores.

Além disso, dentro de um contexto geral de consciência da urbanização, e do direito à urbanização, surge um sentimento lógico que é o amor pelo espaço onde se vive o cotidiano.

Todos esses fatores afloram num desejo de preservação que parte dos moradores e de pessoas que trabalham pela cidade. Como coloca Augusto Ivan de F. Pinheiro, no Rio há alguns anos a preservação era uma nota dissonante dentro da cidade, e hoje ela está em sintonia com a sua música geral.

Na busca da anamnese citadina, os lugares que representam redutos do antigo assumem relevância para os moradores que buscam sua memória, suas raízes e reencontram, no velho, sua

cultura. Nina Maria Rabha no seu estudo sobre os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, percebe a resistência, a força de permanência das funções exercidas na cidade, a capacidade dos moradores de manter suas relações e seu sentido de vida. Ela diz que desta força dinâmica que o espaço apresenta, extraímos o seu poder de resistir no tempo às várias incursões que objetivaram ou objetivam sua ruptura. Como no Catumbi, os moradores da Saúde, Gamboa e Santo Cristo têm em comum o amor pelo lugar e o tempo de permanência nos bairros. Hoje, então, entrar nesses bairros é deparar com um modo de vida que repousa no passado consolidado em cada esquina, em cada rosto, mas que caminha no presente. Sonhos e vida estão assim no mesmo lugar.

A vontade de manter as raízes, e a conscientização sobre a necessidade de se proteger as referências de identidade e cultura dos moradores, hoje se manifestam nos muitos exemplos de tentativa de segurar a identidade dos lugares do Rio.

É interessante ainda verificar que com a evolução da política de planejamento urbano, aliada a uma política de preservação, algumas áreas do Rio que eram atingidas por antigos planos de intervenção que as descaracterizariam totalmente, hoje são protegidas por leis de preservação e revitalização.

Um exemplo dessa mudança na forma de se ver a cidade é o centro do Rio.

Em 1941, na administração do Prefeito Henrique Dodsworth, foi aprovado um projeto de urbanização para a esplanada de Santo Antônio que previa a implantação de um conjunto de avenidas que cortavam o centro da cidade, estabelecendo principalmente a Avenida Diagonal. Essa avenida ligava a Avenida Beira-Mar (junto ao Passeio Público e à rua Teixeira de Freitas, na Lapa), à Avenida Presidente Vargas (junto à Praça da República), e sua implantação representaria o arrasamento de cen-

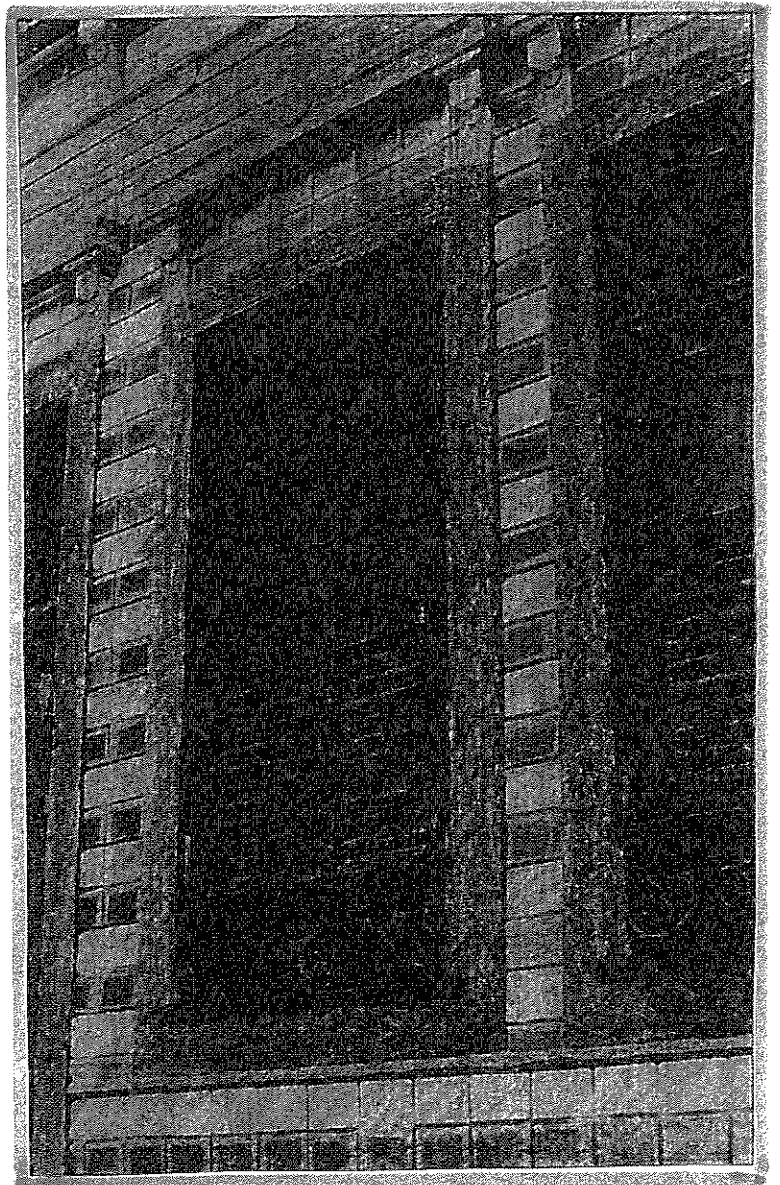
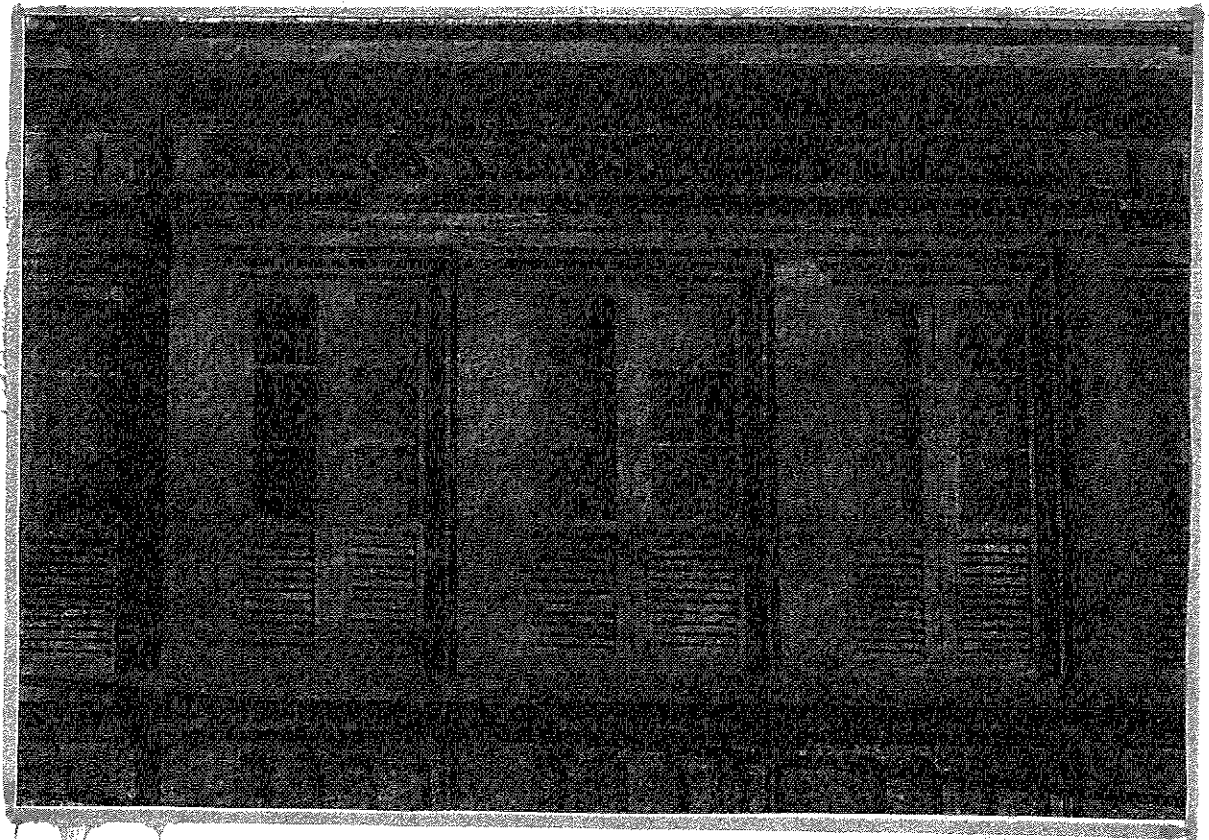
tena de imóveis e a desfiguração deste trecho da cidade.

Apesar da aprovação desse plano por decreto e das ações de desapropriação dos imóveis atingidos, a avenida não chegou a ser aberta, e, com a evolução da política de planejamento urbano, o centro da cidade passa de objeto de intervenções que visam a renovação para objeto de intervenções que têm como finalidade a proteção e revitalização. Surge, então o Projeto Corredor Cultural, que passa a proteger e destinar para fins de preservação e revitalização principalmente a área de influência do antigo plano da Avenida Diagonal.

O resgate de referências sociais, culturais e arquitetônicas passa então a ser o ponto de partida de um processo de renovação que visa respeitar a história da cidade, registrada no presente através de elementos que fizeram parte dela em diferentes épocas. A proposta foi a articulação entre espaços modernos e tradicionais da cidade, de maneira que permanecesse viva a memória carioca, que tem no seu centro os fragmentos de mais de 400 anos de história.

Além disso, o objetivo principal seria buscar manter a alma da cidade, sua diversidade característica e as relações sociais próprias. Augusto Ivan de F. Pinheiro, ao defender essa necessidade, coloca que a tendência do urbanismo racionalista de colocar cada coisa em seu lugar tem, gradativamente, esvaizado as cidades de sua essencialidade que é a de ser o "locus" da troca, do encontro, da diferença, da surpresa e do mistério. A diversidade é uma das formas de riqueza das cidades, e sem ela a perspectiva é a anomia a que tendem as metrópoles. Para ele, preservar a diversidade é possibilitar a existência dos não-iguais, dos conflitos, da própria razão de ser da cidade.

Esse tipo de projeto de preservação, apoiado na utilização dos espaços, reflete, além de sensibilidade e da evolu-



CONCLUSÃO

...Minha Praça XV não existe mais. Afinal, vivo num país em que um homem com mais de quarenta anos já parece um saudosista. Devasta-se quase tudo, varre-se a tradição ou deixa-se cair em decadência precoce...

Mas, vai-te, memória, e eu fique abraçado ao meu rancor!

João Antônio

..."A geografia sentimental dos espaços tem o poder de fazer aflorar lugares desaparecidos, ou melhor, escondidos, pois as cidades (...) não desaparecem, ficam encantadas. Desta geografia sentimental retira o ser humano o seu verdadeiro "habitat", é ela que o faz pertencer verdadeiramente aos lugares, por mais desfigurados que estejam"...

Rachel Jardim

Para finalizar desejo colocar, apenas, que a proposta deste trabalho, de tocar na questão da importância do enraizamento dos moradores na sua cidade, do valor de sua leitura enquanto testemunho das etapas de uma sociedade em evolução, e da familiaridade com o espaço onde se vive o cotidiano, diz respeito à minha própria necessidade de me sentir identificada com o espaço onde vivo.

O Rio de Janeiro, do meu ponto de vista, tem hoje muito menos elementos que contem sua história de antiga capital do Império, capital da República, continuando como palco de acontecimentos marcantes da história do país e abrigando uma diversidade enorme de modos de vida que formam um painel fascinante, do que se desejaria. E da mesma forma como Lima Barreto reagiu diante da destruição dos espaços que lhe eram caros, é na qualidade de cidadã que eu reclamo o direito de conhecer e manter viva minha própria história através dos símbolos que a cidade cristalizou.

Felizmente, hoje minha reivindicação não é solitária, e eu posso concretamente ver esse objetivo fazendo parte de uma política de preservação atuante, caminhando junto com a política de planejamento urbano e partindo do desejo dos moradores que, como eu, têm uma relação de afeto com a cidade e não querem ver destruída a história que está contida nela, e que tem passado, presente e futuro entrelaçados.

O Rio de Janeiro é uma cidade riquíssima, palco de acontecimentos e transformações significativas que se manifestam sobre uma localização geográfica específica, única. É da maior importância que se compreenda o modo como a paisagem da cidade foi se elaborando através do tempo e a lógica do espaço resultante. Além disso, como o que existe hoje reúne fragmentos de diversas épocas, esta compreensão facilitaria o estudo do

que se pretenda fazer no futuro.

Ao olhar a cidade, sou levada a pensar em como se deu esta formação urbana, quais foram os estímulos que promoveram ou inibiram a expansão da cidade e como ela foi assumindo formas, quais foram os processos de conquista do espaço urbano, as funções desempenhadas pelos vários agentes influentes sobre a estruturação urbana. Tudo isso se concretizando na formação dos bairros com suas características próprias, e nas relações entre os espaços e os moradores das diversas áreas da cidade.

Essa análise leva também a uma reflexão sobre o que foi feito em termos de política de uso do solo, de propostas apresentadas, de planos executados. Se as intervenções drásticas e o crescimento da cidade pautado na lógica da especulação imobiliária transformaram espaços e lugares sem nenhuma preocupação com seu significado, hoje existe uma luta para que sejam reencontradas as raízes na paisagem construída, para que seja resgatada e conservada viva a memória presente nesses espaços, num movimento que expressa o amor pela cidade e a necessidade dos moradores de se sentirem identificados com ela. E eu acredito que este seja um dos movimentos fundamentais em direção à verdadeira apropriação da cidade — espaços e significados — pelos seus habitantes.

BIBLIOGRAFIA

- Santos, Carlos Nelson F. dos
Vogel, Arno
"Quando a Rua Vira Casa"
FINEP/IBAM - 3ª edição/1985

- Bosi, Ecléa
"Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos"
Editora Universidade de São Paulo - 2ª edição/1987

- "Urca: Construção e Permanência de um Bairro"
Coleção Bairros Cariocas - Secretaria Municipal de Cultura -
1988

- Velloso, Mônica Pimenta
"As Tradições Populares na Belle Époque Carioca"
FUNARTE/1988

- "O Rio de Janeiro de Lima Barreto"
Coleção Roteiro Artístico e Literário do Rio de Janeiro -
RIOARTE

- Moura, Roberto
"Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro"
FUNARTE - 1983

- Blanc, Aldir
"Rua dos Artistas e Arredores"
Editora Codecri - 1978

- Sevckenko, Nicolau
"A Revolta da Vacina"
Editora Brasiliense - Coleção Tudo é História nº 89

- Choay, Françoise
"O Urbanismo"
Editora Perspectiva - Coleção Estudos - 1979

- Ferrara, Lucrecia d'Aléssio
"Ver a Cidade"
Editora Nobel - 1988

- Rezende, Vera
"Planejamento Urbano e Ideologia"
Editora Civilização Brasileira - 1982

TEXTOS:

- Meneses, Ulpiano Bezerra de
"Identidade Cultural e Arqueologia"
Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20 -
1984

- Fontes, Lúcia Helena
Coelho, Maria das Graças S.
Reis, Alice Amaral dos
Neves, Maria Lúcia
"Preservação e Desenvolvimento"
Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 21 -
1986

- Antônio, João
"Praça XV"
Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20 -
1984

- Capello, Denise A.
Garcia, Marília F.
"Vila Economizadora: A Memória Urbana Preservada"
Revista Espaço e Debates de Estudos Regionais e Urbanos -
Ano 1 nº 4 - 1981

- Paçilha, Sylvia F.
"Da 'Cidade Velha' à Periferia"
Revista Rio de Janeiro nº 1 - 1985

- Rabha, Nina Maria
"Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro"
Revista Rio de Janeiro nº 1 - 1985

- Fritsch, Lilian de Amorim
"Palavras ao Vento: A Urbanização do Rio Imperial"
Revista Rio de Janeiro nº 3 - 1986

- Santos, Afonso Carlos M. dos
"Da Casa Senhorial à Vila Operária: Patrimônio Cultural e
Memória Coletiva"
Revista Tempo Brasileiro /87 - Memória e História

- Matos, Olgária C. F.
"A Cidade e o Tempo: Algumas reflexões sobre a função social
das lembranças"

- Jardim, Rachel
" Nava e o Rio"
Revista do Brasil - Ano 1 nº 1 - 1984

- Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas
"Projeto Corredor Cultural"
Texto da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (interno).

- Toledo, Benedito Lima de
"Bem Cultural e Identidade Cultural"
Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20 -
1984

- Rio, João do (Paulo Barreto)
"A Rua"
Em "A Alma Encantadora das Ruas"
Editora Biblioteca Carioca
Secretaria Municipal de Cultura - 1987